

A Hora do Brasil

Nos últimos 14 anos, desde a queda de Mário Henrique Simonsen do comando da economia no governo Figueiredo, o Brasil vem fugindo ao ajuste fiscal. Com o Orçamento açoiado por um desequilíbrio crônico, a inflação não parou de subir, desestabilizando a economia, reduzindo a produção e aumentando o desemprego e a perda salarial.

Por tudo isso, está mais do que provado que o ajuste fiscal é providência indispensável para o país livrar-se da crise econômica que está abalando os seus alicerces morais. Portanto, o governo precisa se mobilizar para aprovar o ajuste fiscal com o mesmo empenho feito pelo governo Clinton em relação à aprovação da adesão do México ao Nafta pelo Congresso americano.

As lições da batalha do Nafta estão aí mesmo para estabelecer a nítida separação entre o interesse partidário e o interesse nacional. Como se sabe, o projeto do Nafta, criando um mercado comum entre os Estados Unidos e o Canadá, foi uma iniciativa republicana, ainda na era Reagan. O ex-presidente George Bush muito se empenhou pela inclusão do México ao Nafta e o assunto foi um dos temas da campanha presidencial, com o vitorioso candidato democrata declarando-se contrário à extensão do Nafta ao sul do Rio Grande, por temer impacto no emprego.

No governo, no entanto, pesando as razões de Estado, o presidente Bill Clinton reviu a posição de candidato e se engajou na conquista da maioria de votos no Congresso. O ingresso do México no Nafta acabou aprovado por mais de 30 votos de diferença, com importantes adesões de última hora da maioria democrata, muito embora o resultado da votação tenha sido garantido pelo maciço apoio dos republicanos.

O ministro Fernando Henrique Cardoso, naturalmente, é o principal defensor do plano de ajuste fiscal formulado por sua equipe, e a ele cabe a tarefa política de conquistar, a partir de detalhadas explicações à imprensa, os apoios na sociedade, entre os economistas, os governadores, os empresários formadores de opinião e os votos

dos políticos para as suas propostas econômicas e de revisão constitucional.

O ministro e senador pelo PSDB tratou de reunir a bancada do seu partido para conquistar adesões. Mas, parece claro, no entanto, que a sua capacidade de mobilização não é suficiente para garantir a maioria de votos necessários às propostas que envolvem emenda constitucional. É o caso do fundo de contingência, que reuniria por dois anos 15% dos repasses que a União deixaria de transferir aos estados e municípios, para atender a gastos na área social, e do aumento geral de 5% nos impostos.

O presidente Itamar Franco já deve ter-se convencido de que a aprovação do ajuste fiscal não é apenas crucial para o seu governo garantir a estabilização da economia e a revisão de capítulos da Constituição que se mostraram desastrosos na prática. Do sucesso do plano econômico depende a tranquilidade político-social das eleições gerais de 1994, que escolherão a nova composição do Congresso, os novos governadores e o sucessor do presidente da República.

As duas grandes mazelas da vida brasileira — a inflação e a corrupção — são consequência das deformações do desenho do Estado, que a constituinte só fez acentuar. Os subprodutos decorrentes, como a fome e a miséria, podem ser atacados com eficiência e objetividade, através de reformas estruturais capazes de corrigir décadas de distorções no funcionamento da economia, a começar pela dispensa da indexação pela inflação passada a partir do alcance do equilíbrio orçamentário, mediante cortes profundos nos gastos do governo.

O que está em jogo é o futuro do Brasil como nação moderna e democrática na virada do século 21. Trata-se, portanto, de um desafio a toda a sociedade brasileira, que não comporta a clássica formação de blocos dos partidários da situação e da oposição. O interesse nacional está acima das picuinhas partidárias e dos interesses eleitoreiros daqueles que já estão manobrando candidaturas dentro de seus partidos.